

ma tinha de partir daí. Depois, concedemos o abono familiar, à razão de três por cento por filho. Era preciso, antes de qualquer reajustamento de vencimentos, considerar o funcionário com os encargos de família. Estabelecido esse conceito como base, fizemos, então, a classificação e padronização dos cargos, reajustando os vencimentos de baixo para cima. Acabámos com as diferenças de cargos e vencimentos e que variavam de acordo com as secretarias e até dentro das próprias secretarias. Funcionários da mesma categoria tinham vencimentos diversos. Com a classificação e padronização, estabelecemos a uniformidade. Ao lado dessa reforma, procedemos também à racionalização dos serviços, hoje simplificados e assegurando um rendimento cada vez maior. O nível moral e técnico do funcionalismo foi assim se elevando e com ele um desejo maior de servir e uma noção mais séria da função pública.

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado foi uma grande reforma. Encampou a dívida dos funcionários, limitou a consignação nos vencimentos, acabando com a usura e a exploração. O funcionário tem hoje a assistência mais eficaz. Não só ele, como a sua família. O mais modesto funcionário, mesmo os serventes e os contínuos, têm hoje a sua casa. A sua casa e a sua vila, com escola e campos de esporte.

O esforço do Estado, no sentido da valorização social e técnica dos seus servidores, teria de se desenvolver paralelamente ao do equilíbrio orçamentário e saneamento das finanças. Quando assumimos o governo, o funcionalismo mal pago, sem assistência, nem confiança no futuro, ab-

sorvia sessenta por cento da receita ordinária. O serviço da dívida atingia a quatorze por cento dessa receita, sem contar com a dívida flutuante, que deveria ser resgatada quanto antes. O sistema tributário era anárquico e anti-econômico. A situação parecia perdida. Nesse terreno é que foi áspera e grande a nossa batalha como sem precedentes a nossa vitória. Pagar empréstimos e não fazer novos empréstimos, pagar dívidas e manter em dia as contas do Estado, cortar despesas adiáveis ou sumptuárias, equilibrar a todo o custo o orçamento, normalizar a arrecadação, justiça econômica e justiça fiscal, como base da reforma tributária, eis os métodos que adotámos, sem transigir, nem ceder, com decisão e coragem. Não criámos impostos nem taxas. Ao contrário. Suprimimos o imposto de exportação, que era a base da receita, como suprimimos também uma infinidade de taxas, que eram, em sua última análise, impostos simulados de consumo e barreira. Ao lado dessa política orçamentária, elaborámos e executámos o plano de recuperação econômica e executámos o plano de recuperação econômica, que teve por base o cooperativismo e obras públicas reprodutivas, como rodovias, que hoje atingem as regiões mais distantes do litoral. Logramos, destarte, alcançar a situação econômica e financeira que hoje desfrutamos. Situação de prosperidade em todos os setores. E' essa situação que nos permitiu levar ao fim todas as nossas reformas, inclusive a do funcionalismo, integrado na comunhão social, como força nova e consciente, dentro do lema do nosso governo, que é dignidade humana e justiça para todas as classes".

Os cinco últimos septênios da evolução estatística brasileira

Fala à "A Manhã" o Sr. M. A. Teixeira de Freitas, Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

"A Manhã", desta capital, que vem se distinguindo pelo interesse com que acolhe em suas páginas os assuntos ligados à administração do país, publicou em sua edição de 8 de agosto último uma interessante entrevista que lhe concedeu o senhor Mário Augusto Teixeira de Freitas, diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde e secretário geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Nesse documento, o Sr. M.A. Teixeira de Freitas — com a autoridade que lhe advém do exato conhecimento que possue dos problemas nacionais e do exercício infatigável de trinta e cinco anos de modelar vida pública — passa em revista a marcha evolutiva da estatística brasileira nos cinco últimos septênios, focalizando os vultos que

concorreram para o seu aperfeiçoamento e detendo-se na sua "história contemporânea", iniciada com a criação, em 1934, do Instituto Nacional de Estatística, o atual I.B.G.E.

Ao transcrever — com a devida vénia dos nossos prezados colegas de "A Manhã" — a entrevista do Sr. Teixeira de Freitas, estamos certos de prestar um excelente serviço aos leitores da Revista do Serviço Público. E por um dever elementar de justiça, não podemos deixar de registrar aqui a atuação impar do próprio entrevistado, a cuja ação esclarecida, movida por um idealismo raro e por uma notável capacidade realizadora, a estatística brasileira deve um acervo de serviços que dificilmente poderá ser igualado.

"Como foi noticiado, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística completou, a 29 de maio, o seu sétimo ano de atividade. A êsse ensêjo "A Manhã" foi visitar a sede da instituição, atendendo ao amável convite do seu secretário geral.

A nossa demorada visita à Secretaria Geral do Instituto, no 11.^o andar do edifício de "A Noite", deu lugar a que ouvissemos informações minuciosas sobre o funcionamento dos serviços centrais da instituição, cuja boa ordem e eficiência, mantidas vigilantemente pelo Sr. Alberto Martins, seu diretor, causam a qualquer observador a melhor impressão. Poderíamos oferecer aos nossos leitores uma curiosa reportagem descrevendo a organização do Instituto e a situação atual dos seus diferentes centros de trabalho. Mas pareceu-nos mais interessante aproveitar a circunstância de haver sido renovada mais uma vez ao Sr. Teixeira de Freitas a investitura de secretário geral, para lhe pedir que transmitisse aos nossos leitores algumas impressões sobre os seus trabalhos profissionais.

O nosso entrevistado havia-nos dito que o ano de 1943 encerrava o sétimo mandato anual com que o distinguiu o Conselho Nacional de Estatística, e, ao mesmo tempo, o sétimo lustro de sua vida pública. Esse fato orientou a palestra, que se desenvolveu em torno da evolução da estatística brasileira, durante o longo período de trinta e cinco anos.

UM MARCO RELEVANTE, EM 1907

— Poderia então — perguntámos — resumir para "A Manhã" o que foi o desenvolvimento da estatística no Brasil, antes e depois do Instituto?

— Pois não, contanto que lhe satisfaçam as minhas reminiscências pessoais relativas ao período durante o qual tenho servido à estatística oficial brasileira. Minhas observações, assim, como depoimento pessoal, só abrangem cinco septênios. Partindo de 1908, aí estão, quatro déles, antes do Instituto, e um, depois do Instituto.

— Uma indagação preliminar. Já haviam sido importantes os progressos até 1907?

— Sim, se considerarmos as coisas na sua justa relatividade. Porque, realmente, dos esforços que o Brasil deve aos precursores e aos pioneiros dos seus serviços estatísticos — e são admiráveis figuras humanas — pouca coisa se poderia considerar, até 1907, como conquistas definitivas. Experiências e tentativas audaciosas não haviam faltado. Muito ficámos a dever, por exemplo, à ação benemerita de Daniel Pedro Müller, em São Paulo; de Luiz Maria da Silva Pinto, em Minas Gerais; do conselheiro Antônio Manuel Correia da Câmara, no Rio Grande do Sul. Além desses, várias outras ilustres figuras legaram-nos trabalhos que constituem verdadeiros milagres de esforço e persistência, dadas as condições da época em que atuaram. E' o caso, para citar apenas alguns, de Luiz d'Alincourt, que realizou notáveis estudos estatísticos e geográficos, inclusive como encarregado da Comissão Estatística e Topográfica da Província de Mato Grosso; de Soares Andréa, depois Barão de Caçapava; de Sebastião Ferreira Soares, cuja obra, aliás, não está de todo divulgada; de Antônio Ladislau Monteiro Baena, no Pará; de Moraes Áncora, em Pernambuco; e de José Francisco Xavier Sigaud, de quem nos ficou, além de vários outros trabalhos baseados em levantamentos numéricos, um "Anu-

ário político, histórico e estatístico do Brasil", editado em 1846 e 1847. E aqui na Capital do país não foram poucos os batalhadores de grande benemerência, ora pelos levantamentos estatísticos que realizaram, ora pelos estudos e projetos de que foram autores. Além do conselheiro Manuel Francisco Correia, o primeiro diretor geral de estatística do Brasil, lembrei, ainda, entre outros, Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque, a quem ficámos devendo inúmeras e fecundas iniciativas, José Cândido Gomes, que apresentou, em 1862, as bases para a organização da estatística brasileira, e Luiz Henrique Pereira de Campos, autor de um histórico da Diretoria Geral de Estatística, desde sua criação até o ano de 1883.

Todavia, a dispersão demográfica, as dificuldades das comunicações, a incultura generalizada, o rudimentarismo ou inexistência dos registos públicos e privados, já não faltando de outras condições desfavoráveis que o Brasil então oferecia à organização e à eficiência dos serviços de estatística, não permitiram grandes êxitos. Além disso, não houve continuidade nas tentativas empreendidas e os recursos dedicados à estatística foram sempre muito escassos. Como aquisições definitivas, até o início da fase a que aludimos, o Brasil só apresentava alguma coisa, no terreno da estatística financeira federal, no levantamento do comércio internacional e do movimento marítimo, e quanto à demografia sanitária da Capital Federal e de algumas outras cidades. Em matéria de recenseamentos gerais, porém, três tentativas relativamente bem sucedidas já haviam sido feitas — a de 1872, a de 1890 e a de 1900.

— Mas, houve em 1907 alguma coisa que tenha modificado a situação?

— Houve um acontecimento que exerceu influência decisiva. Naquele ano, ainda início do Governo Afonso Pena, a Diretoria Geral de Estatística, órgão estatístico central na administração federal, foi reformada, por iniciativa do Ministro Miguel Calmon, e entregue à enérgica e competente direção de Bulhões Carvalho. Daí a vigorosa ação propulsora e realizadora, que nunca mais faltou ao progresso da estatística brasileira. A referida repartição teve sucessivos regulamentos, mudou de nome várias vezes, e as suas atividades enchem todo o período decorrido entre aquele ano memorável e o advento do Instituto Nacional de Estatística, hoje Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

VALORES HUMANOS, A SERVIÇO DA ESTATÍSTICA

— Poderia referir quais, segundo suas impressões pessoais, as figuras que mais contribuíram ou trabalharam para o progresso da estatística brasileira durante os quatro septênios a que alude?

— Temos em primeiro lugar os Chefes de Governo. Sem exceção, apoiaram e favoreceram o desenvolvimento dos serviços estatísticos. Os governos de Afonso Pena, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca e Wenceslau Braz assinalaram-se pelas corajosas reformas de que tiveram a iniciativa, alargando os recursos e o campo de ação da organização estatística federal. Entretanto, os governos subsequentes também conquistaram títulos de benemerência, procurando favorecer o desenvolvimento da estatística brasileira. Destacaram-se, pelas suas realizações nesse terreno,

o Presidente Epitácio Pessoa, que executou o Recenseamento de 1920, e o Presidente Getúlio Vargas, que instituiu o sistema estatístico nacional ora corporificado no Instituto. Entre os Ministros responsáveis diretos pelos serviços de estatística geral, também foi acentuado o interesse pela nossa causa. Destaco, porém, os nomes daqueles que considero os mais notáveis realizadores: Miguel Calmon, Rodolfo Miranda, Pedro de Toledo, Pandiá Calógeras e Ildefonso Simões Lopes. Dirigiram, nesse período, o órgão central da estatística brasileira, José Luiz Saião de Bulhões Carvalho, Francisco Bernardino Rodrigues Silva e Léo de Affonseca, os dois primeiros já desaparecidos. Todos êles foram chefes de valor, que conseguiram levar a término reformas e iniciativas de largo alcance.

Para citar os técnicos de mais relêvo, já me sinto em dificuldade, pois a lista é muito grande. Entretanto, quasi nada a referir no âmbito municipal. Uma ou outra tentativa aqui e ali, com resultados insignificantes. Trabalho de vulto só se pode citar o que se fez na Capital da República, onde se destacaram figuras como as de Aureliano Portugal, Oziel Bordeaux Rêgo, Cavalcanti de Gusmão, Mário Freire, além de alguns outros. Foi uma operação bem conduzida o recenseamento municipal da Capital da República em 1906, na administração do Prefeito Passos. Quanto aos Estados, já nos aparece algo bem digno de nota. Todavia, ainda são esforços intermitentes e raros. Merecem ser recordados, a meu ver, quanto ao período a que aludimos, os nomes de Manuel Francisco da Cunha Junior, no Amazonas; de Silveira Lobo e Djalma Forjaz, em São Paulo; de Artur Candal e Augusto Carvalho, no Rio Grande do Sul; de Souza Pinto, no Ceará; de Diógenes Gonçalves Pinto e Meira de Menezes, na Paraíba; de Ráfael Xavier, em Pernambuco; de Mário Barbosa, na Baía; de Craveiro Costa, em Alagoas; e de Favila Nunes, no Estado do Rio. No âmbito federal, sim, são muitas as figuras de que guardo uma forte impressão. Foram extraordinariamente relevantes os serviços prestados por José Marques de Oliveira, Oziel Bordeaux Rêgo e Cavalcanti de Gusmão (estes dois vindos da Estatística Municipal), como chefes de secção da antiga Diretoria Geral de Estatística. Nesses mesmos postos ou em outros, também Lucano Reis, Luiz Leitão, Leopoldo Doyle e Silva, Dias Carneiro, Manuel Timóteo da Costa Junior, Cassiano Tavares Bastos, J. Araripe Macedo e Gustavo Teófilo Ribeiro impressionaram-me pelo vasto trabalho que conseguiram realizar. Afonso Celso Parreiras Horta, Henrique Pereira de Lucena, Leão Barbosa, Fernando Faria Junior, Justiniano Meireles, João Carlos Vital, Alberto Cerqueira Lima, Milcíades José Gonçalves e Heitor Eloy Alvim Pessoa destacaram-se ora como pioneiros, ora como esforçados realizadores. De todos êles, sómente alguns poucos, mais moços, ainda estão vivos; mas, infelizmente, dois apenas, Alvim Pessoa e Cerqueira Lins, continuam a serviço da estatística. E não fiquem esquecidos três nomes, ao menos, dos serviços federais de bio-estatística. São êles, Bulhões Carvalho (antes de 1907), Sampaio Viana e Eurico Rangel.

Além dos servidores da Diretoria Geral de Estatística e do Departamento de Saúde Pública, devo citar, embora não o tenha conhecido pessoalmente, o competente organizador da Diretoria de Estatística Comercial, o Sr. J. P. Willeman, que foi o primeiro diretor dessa repartição. Ou-

tros nomes que atuaram em setores especializados, nos diferentes Ministérios, mereceriam referência. Não tendo acompanhado de perto, porém, tais serviços, não me sinto em condições de formular um juízo pessoal sobre os seus técnicos.

E' de justiça referir, também, que em Minas, onde trabalhei onze anos, de 1919 a 1930, tive a felicidade de conhecer muitas e destacadadas figuras, que contribuíram decisivamente para o progresso da estatística brasileira. Citarei em primeiro lugar os presidentes Artur Bernardes, Raul Soares, Melo Viana e Antônio Carlos, cujas mensagens, sem exceção de uma só, constituem um expressivo testemunho do que afirmo. Dentre os Secretários de Estado, ocorrem-me os nomes de Américo Lopes, João Luiz Alves, Afonso Pena Júnior, Mário Brant, Francisco Campos, Daniel de Carvalho e Djalma Pinheiro Chagas. Os relatórios e vários documentos da época provam o excelente concurso que prestaram à nossa causa. Como elaboradores e compiladores, propriamente, da estatística mineira, destacarei Nelson de Senna (verdadeira figura de sábio), Rodolfo Jacob (escritor e comentador brilhante), Cornélio Rosemberg, Emílio Mineiro, Pelicano Frade, entre os mais antigos. Depois, João Utsch de Carvalho (um modelo de funcionário, que a morte nos roubou prematuramente), José Ximenes Cesar, Afonso Guairá Heberle, Yvon Leite de Magalhães Pinto, Joaquim Ribeiro Costa, Otacílio Lisboa, Ernani Doyle, José do Carmo Flores, Jaime Lage e Silva e Hildebrando Clark, além de outros. Isto sem falar no brilhante corpo de técnicos que, de longa data, vieram estudando a geografia e executando a cartografia do grande Estado central.

BULHÕES CARVALHO E O QUE LHE DEVE A ESTATÍSTICA BRASILEIRA

— São estas as suas impressões quanto aos homens. Poderia destacar também as realizações que considera de maior alcance?

— De bom grado. Mas vamos distinguir. Ésses fatos a que alude, nem sempre chegam a ser realizações. Pelo menos realizações inteiramente vitoriosas. São, muitas vezes, meras tentativas. Tentativas, porém, que abrem novos horizontes e assumem, assim, grande relêvo histórico. Considerando tudo muito por alto, vejamos alguns marcos realmente assinaláveis. Nas duas administrações Bulhões Carvalho (a primeira de 1907 a 1909, e a segunda de 1915 a 1930), é natural, pela extensão do período, que as iniciativas sejam mais numerosas. Deve-se a Bulhões Carvalho uma tentativa de celebração de acordos com os Estados, visando a cooperação interadministrativa. E mais tarde estimulou o desenvolvimento dos serviços estatísticos de vários Estados — Rio Grande do Sul, Baía, Pernambuco e Minas. Publicou os primeiros repertórios de estatística geral — o "Boletim Comemorativo da Exposição de 1908" e o primeiro número do "Anuário Estatístico do Brasil" (1908-1912). Fez a repartição de estatística participar de certames culturais. A já referida Exposição de 1908 e a do Centenário da Independência foram os principais. Iniciou as estimativas agrícolas, começando pela avaliação da produção brasileira do milho, trabalho esse que foi estendido aos principais produtos agrícolas e continuado regular-

mente, aos cuidados de Dias Martins e Artur Tôrres Filho, pelo Serviço do Fomento Agrícola. Foi no seu período administrativo que a célebre "Quarta Secção", sob a chefia de Oziel, lançou, segundo planos técnicamente perfeitos, não só as estatísticas culturais, mas ainda as médico-sanitárias, as da previdência e assistência, e a dos cultos religiosos. A obra "Estatística da Instrução", referente a 1907, e o 3º volume do "Anuário" de 1912-16, exibem magníficos resultados de tais esforços. Contribuiu também Bulhões Carvalho para o aparecimento da nossa bibliografia estatística de natureza técnica ou científica, editando o interessante compêndio de Filippo Virgilii, traduzido por Dias Carneiro, e o notável parecer de Oziel Bordeaux Rêgo, sobre a reorganização da Diretoria Geral de Estatística; não aludindo à sua própria obra "Estatística — Método e Aplicação", que publicou depois da sua aposentadoria, em 1930. Deve-se-lhe ainda a iniciativa da I Conferência Nacional de Estatística, que foi convocada para 12 de outubro de 1930, mas não chegou a realizar-se, em virtude dos acontecimentos políticos daquele ano. Foi ainda aquele operoso dirigente que iniciou a propaganda da estatística por meio de sessões cívicas ou culturais. Membro titular, que foi, do Instituto Internacional de Estatística, levou pessoalmente, ou remeteu, valiosas contribuições brasileiras a algumas das reuniões daquela entidade. Bulhões Carvalho também realizou conferência aqui no Rio, em Salvador e no Recife, e organizou a grande solenidade em que distribuiu os prêmios aos melhores colaboradores do censo de 1920. Essa operação foi o acontecimento máximo da administração daquele insigne brasileiro, pois o grande inquérito censitário do Centenário da nossa independência política, além de efetuar o cômputo demográfico geral em melhores condições que as três operações anteriores, realizou, pela primeira vez no Brasil, o arrolamento das atividades agrícolas e industriais.

Refira-se ainda, na administração Bulhões Carvalho, a primeira tentativa para a organização de mapas dos Estados com a divisão municipal, trabalho esse que possibilitou a primeira medição sistemática da área dos municípios brasileiros. Tal trabalho foi conseguido graças aos esforços e à dedicação do cartógrafo Araripe Macedo. A extraordinária significação desse trabalho poderá ser melhor avaliada se se considerar o lento progresso que tiveram entre nós os serviços de cartografia geográfica. Foram sempre excelentes, é certo, os trabalhos técnicos da antiga Comissão da Carta Geral da República e do Serviço Geográfico Militar. Mas seu próprio rigor e a sua finalidade imediata restringiam a contribuição que poderiam trazer para o levantamento geográfico expedito do vasto território nacional. E assim, sem contar os esforços dos técnicos eminentes que tentaram, com maior ou menor amparo oficial, a sistematização dos conhecimentos geográficos já existentes sobre o país, a primeira iniciativa de grande envergadura levada a efeito nesse sentido foi a que realizaram, em conjugação de esforços, o Clube de Engenharia e o Departamento dos Telégrafos, com Paulo de Frontin e Francisco Bhering à frente. E o resultado foi a Carta do Centenário, concluída em 1922. Os esforços que esse empreendimento e a tentativa de Araripe Macedo representaram para a cartografia geral do Brasil, só vieram a ter continuação em 1933, quando criada a secção de Estatística Territorial, da Diretoria de Estatística e Publicidade do Ministério da

Agricultura. As atividades que se seguiram, daí por diante sem descontinuidade, já obedeceram à inspiração do pensamento que presidiu à criação do Instituto, dando lugar à instituição da sua ala geográfica, sob a égide do Conselho Nacional de Geografia e tendo por principal órgão executivo o atual Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, subordinado ao mesmo Conselho e chefiado pelo operoso e competente técnico, o engenheiro Christovam Leite de Castro.

A PASSAGEM DE FRANCISCO BERNARDINO PELA DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA

— Diga-nos agora alguma coisa sobre a administração Francisco Bernardino. Que resultados apresentou?

— Os resultados não foram tão vultosos, porque essa administração durou pouco mais de um lustro. Ainda assim foram numerosos os seus frutos. Francisco Bernardino iniciou a exploração de um grande número de setores de pesquisa e divulgou vários repertórios numéricos — alguns de apreciável valor —, tais como os referentes à divisão territorial, aos registos da propriedade imóvel, às finanças públicas, à climatologia, à administração, à riqueza pecuária, etc. Também preparou o recenseamento de 1910, cujos trabalhos foram suspensos antes de iniciada a coleta. Mais duas iniciativas marcantes assinalam esse fecundo período. Uma delas teve em vista a realização de estudos meticulosos para racionalizar a estrutura e o funcionamento dos serviços estatísticos nacionais. Entre os resultados desse esforço avulta o magnífico parecer, a que já aludi, do grande mestre que foi Oziel Bordeaux Rêgo. A segunda iniciativa digna de especial referência, deu lugar à criação das Delegacias Federais de Estatística, nos Estados, as quais, infelizmente, tiveram existência efêmera. Ocorre-me ainda um fato que interessa à nossa evolução social. Deve-mos a Francisco Bernardino a admissão de pessoal do sexo feminino, como dactilógrafas e apuradoras, nos serviços oficiais de estatística. Aliás, se não estou enganado, foi a Diretoria Geral de Estatística a primeira repartição pública conquistada pelo movimento feminista. Dentre as distintas colaboradoras que tivemos a partir de 1910, não posso deixar de citar as duas mais antigas, as Senhoritas Carmem Unser e Maria Dulce de Oliveira, e mais tarde a Senhora Eulália de Brito, que foi um dos elementos mais esforçados da Secção do Registro Civil e assistente da chefia do Censo Demográfico de 1920. Guardo dessas três antigas colegas uma grata recordação, pelo exemplo de dedicação à causa pública, que nos souberam dar.

— Tem mais alguma reminiscência digna de nota sobre a administração Francisco Bernardino?

— Ocorre-me relembrar que, iniciadas por Bulhões Carvalho, em cuja administração se reorganizou ótimamente a oficina tipográfica da Diretoria Geral de Estatística e se adquiriram as primeiras máquinas auxiliares do trabalho estatístico —, foram definitivamente implantadas por Francisco Bernardino, não só a mecanização dos serviços, quer em dactilografia e mimeografia, quer em cálculo, classificação e apuração, senão também a representação gráfica dos resultados estatísticos como função normal e permanente dos serviços estatísticos brasileiros. O nosso primeiro cartógrafo foi, por pouco tempo, o Prof. Artur Thiré, seguindo-se-lhe o distinto artista e técnico a que já me re-

feri, J. Araripe Macedo, que durante longos anos e com muito gôsto artístico, preparou ilustrações cartográficas e pictóricas para as publicações e exposições de estatística.

A ADMINISTRAÇÃO LÉO DE AFFONSECA

— E quanto à administração de Léo de Affonseca, quais os fatos ou circunstâncias que lhe deram fisionomia?

— Léo de Affonseca, que já vinha dirigindo brilhantemente, desde 1918, um grande setor da estatística econômica, defrontou-se, como diretor do órgão central da estatística brasileira, com uma situação pouco favorável às grandes iniciativas. Fôra-lhe confiada, em 1930, a centralização — necessariamente efêmera — dos serviços estatísticos federais em um único órgão, mediante a fusão das antigas Diretoria Geral de Estatística e Diretoria de Estatística Comercial, as quais passaram a formar o Departamento Nacional de Estatística, no recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Essa medida, embora aparentemente racionalizadora, era, de fato, desaconselhável, senão mesmo errada, tanto administrativa como tecnicamente. Mantinha-se a imprópria subordinação da estatística geral, como um todo, — tanto vale dizer, como função eminentemente política do Estado, — a um Ministério que não o dos negócios políticos. E isto ao mesmo tempo que se retirava um grande setor estatístico da dependência ministerial que lhe era mais propício em todos os sentidos, para colocá-lo em um Ministério que só lhe dedicaria interesse secundário e nem tinha sequer os meios para favorecer seu desenvolvimento. Por outro lado, deixava-se esquecida a lição da experiência universal, que já tornara claro não ser mais possível, a um Estado Moderno, gerir os seus negócios mantendo os diferenciados aparelhos do governo e da administração alheios à função estatística, afim de entregar êste essencial objetivo governamental aos cuidados de um órgão único. De sorte que, os esforços e a habilidade de Léo de Affonseca, que tanto já haviam servido ao Brasil na criação e desenvolvimento das estatísticas econômicas e financeiras, atribuídas até então ao Ministério da Fazenda, só poderiam ser, na chefia do Departamento Nacional de Estatística, o que de fato foram. Procuraram contemporizar até que se evidenciassem os inconvenientes da orientação assentada pelo Governo Revolucionário, pois êste se deixava levar, ao estruturar o Ministério do Trabalho, por um critério que buscava, sem dúvida, afinidades e diretrizes de racionalização, mas de fato se inspirava em meras aparências. Demonstrando justa compreensão dos fatos, e prestando com isto um grande serviço à estatística brasileira, Léo de Affonseca evitou que se consumasse praticamente a fusão decretada, mantendo sob sua única autoridade, mas em simples juxtaposição, as duas diretórias que o Departamento se destinara a unificar. Conservou a cada uma seus objetivos normais e a estrutura específica, enquanto apoiava o movimento que visava dar ao Brasil a verdadeira solução para o problema da estatística nacional: a *unidad*, que lhe é essencial, não na *unicidade* de órgão, mas na *organicidade* de um diferenciado e adequado sistema. O Presidente Vargas logo compreendeu a situação, acolhendo e realizando as idéias que lhe levaram Francisco Campos, Ministro da Educação, e depois, Juarez Távora, Ministro da Agricultura, no sentido de dotar os seus ministérios dos competentes órgãos

centrais de estatística, integrantes das respectivas Secretarias de Estado. Foi ainda Léo de Affonseca o presidente da comissão interministerial que recebeu a incumbência de estudar e projetar a organização definitiva da estatística brasileira. Essa comissão, instituída por iniciativa do Ministro Távora, propôs — e o Governo aceitou — o alívio da criação do Instituto Nacional de Estatística, a qual teve lugar pelo decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934. Mas, como medida preliminar à criação do Instituto, o decreto n. 24.600, da mesma data, já havia desmembrado o Departamento Nacional de Estatística: a Diretoria de Estatística Comercial voltara ao Ministério da Fazenda, com o nome de Diretoria de Estatística Econômica e Financeira, e aos Ministérios da Justiça e do Trabalho deram-se também órgãos centrais de estatística, que foram, respectivamente, a Diretoria de Estatística Geral e o Departamento de Estatística e Publicidade. Essas três oficinas estatísticas, a par das recém-criadas — a da Educação (Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação) e a da Agricultura (Diretoria de Estatística e Publicidade) — ficaram constituindo o núcleo central dos órgãos estatísticos brasileiros, núcleo esse integrante do grande sistema erigido com a instalação do Instituto, sob a direção do Conselho Nacional de Estatística. Esse sistema, como é sabido, destinou-se a articular aqueles elementos com todos os outros — de estatística geral ou especializada — já existentes ou que viessem a ser criados na administração da União, dos Estados ou dos Municípios, e até mesmo — em garantidas condições de eficiência — com os serviços estatísticos instituídos pela iniciativa privada.

Resguardar, pois, o patrimônio da evolução pregressa, e amparar a transição para a nova ordem que a experiência aconselhava, foi a grande missão que coube a Léo de Affonseca. Ele a desempenhou magistralmente, continuando-a, mais tarde, na direção do órgão central do Ministério da Fazenda e como decano do Conselho Nacional de Estatística, visando o objetivo, que pôde ver atingido, de consolidar a grande vitória que a criação do Instituto representava para a estatística brasileira. Ainda assim, a sua atuação de expectativa, quanto aos serviços afetos à antiga Diretoria Geral de Estatística, soube manter-lhes a eficiência. E foi buscar nos arquivos, para publicá-lo, um trabalho que sem élle ficaria esquecido.

Esse trabalho, aparecido sob o título "Limites dos Estados Unidos do Brasil" — sistematização das divisas do território da República e do de cada uma das suas Unidades Políticas —, constituiu o primeiro passo para o estudo sistemático dos limites inter-estaduais, fornecendo o padrão para as normas que mais tarde se oficializariam, pelo decreto-lei n. 311, de 1938 (a "Lei Geográfica do Estado Novo"), para regularizar a delimitação territorial de todas as unidades do quadro administrativo e judiciário da República.

A GRANDE TRANSFORMAÇÃO NO GOVERNO GETULIO VARGAS

Numa pausa da exposição que íamos anotando, perguntamos:

— Onde estamos agora? Já na fase contemporânea da estatística brasileira, iniciada com a criação do Instituto?

— Exatamente. A nossa "pre-história", no que diz res-

peito aos serviços estatísticos, pode ser considerada a época anterior a 1808¹. Daí, até 1871, o ano áureo em que foi criada a Diretoria Geral de Estatística, corre o período da "história antiga". A "história média" vai de 1871 a 1907. Ao período decorrido de 1907 a 1936 (fase em que se foram fixando as diretrizes ora vigentes), poderemos chamar a nossa "idade moderna". De sorte que a "história contemporânea", anunciada em 1934, abriu-se em 1936, ano da instalação do Instituto, inaugurando a "era normal" da estatística brasileira, cujas etapas anuais se vão enumerando no fecho das Resoluções baixadas pelos nossos Conselhos dirigentes. "Era normal" — dizemos bem —, porque, na verdade, a partir de então o seu desenvolvimento ficou condicionado, de modo definitivo, por princípios orgânicos, que atendem plenamente às peculiaridades do país, à sua forma de governo e aos requisitos sugeridos pela experiência universal.

— De maneira que — indagámos — responsáveis por esta grande transformação, apontam suas palavras o Presidente Vargas, em primeiro lugar, e depois os Ministros Francisco Campos e Juarez Távora, além de Léo de Affonsca, como diretor do Departamento Nacional de Estatística?

— Não há dúvida. Para todos êsses ilustres brasileiros, tal iniciativa foi um título inegável de benemerência. A êsses nomes, porém, se devem juntar três outros, também credores da nossa gratidão cívica. Dois deles — não sei se lhe surpreenderá minha afirmação — têm sido autênticos pioneiros do progresso do país em matéria de administração pública, achando-se atualmente na presidência, respectivamente, dos aparelhos que representam duas das mais avançadas realizações do Governo Federal — o Departamento Administrativo do Serviço Público e o Instituto de Resseguros do Brasil. Refiro-me, como vê, a Luiz Simões Lopes e João Carlos Vital. O terceiro foi o nosso chanceler, o Ministro José Carlos de Macedo Soares, que em 1935 tomara a iniciativa, assim de atender a interesses das relações exteriores do país, de coordenar e unificar os dados da estatística brasileira, então ainda chocantemente dispersos, fragmentários e contraditórios. Dos seus esforços nesse sentido lhe ficou a convicção que o levaria a representar ao Chefe do Governo sobre a urgente necessidade de instalar o Instituto Nacional de Estatística. E esta feliz e oportuna iniciativa valeu-lhe a investidura no cargo de presidente da novel organização, cujos trabalhos orientou assim desde o início, desenvolvendo uma atuação esclarecida e prudente, que constitue, no consenso público, um dos seus mais relevantes serviços ao Brasil. Digo isso num propósito de justiça e sem nenhum constrangimento, pois, honrado embora com a mais alta confiança dêsse eminente homem público, exerceu um mandato — agora mesmo renovado pela oitava vez — que não procede de sua autoridade, mas de eleição pelo Conselho Nacional de Estatística.

— Em verdade, a opinião pública ratifica essas justas expressões de apreço ao Presidente do Instituto. Mas deixa então encerrada com essa referência, a nominata dos brasileiros que sua observação pessoal inclue entre os grandes servidores da estatística brasileira, no "período moderno" da sua história?

— Ainda mais alguns homens públicos têm a minha admiração e o meu reconhecimento pelo concurso que os vi

prestar aos esforços dos que trabalhavam por implantar a organização que hoje possuímos nos serviços estatísticos brasileiros. Foram, em primeiro lugar, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lourenço Filho, como chefes do Gabinete do Ministro Francisco Campos. Foi também o meu saudoso e grande amigo, Belisário Pena, o batalhador intrépido e incansável do Saneamento Rural, como diretor geral do Departamento Nacional de Saúde Pública, e depois Ministro interino da Educação. Em terceiro lugar, cito com prazer o nome de Anísio Spínola Teixeira, tanto como alto funcionário do Ministério da Educação quanto como diretor da Educação do Distrito Federal. Cumple referir igualmente à atuação do ilustre delegado do Rio Grande do Sul à Convenção Nacional de Estatística, Raul Pila. Porque bem se pode dizer que foi ao seu tato, à sua clara compreensão daquela iniciativa do Governo Federal e ao seu entusiasmo pela fórmula de cooperação inter-administrativa, que ficamos devendo o êxito admirável da Convenção, a cujas cláusulas lhe coube dar redação final.

Por último — mas não dos menores — deve ser lembrado o nome de Benedito Silva, um dos mais novos e mais brilhantes valores da estatística, o qual, depois de ter criado a estatística geral de Goiás, e colaborado nos trabalhos da Diretoria de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, foi o eficiente organizador, como seu primeiro diretor, da Secretaria Geral do Instituto.

SÁBIAS E SEGURAS DIRETRIZES

— É interessante observar a quantos esforços e a quantas inteligências se deve a organização do Instituto. Mas — continuando — poderia dizer-nos agora quais as características marcantes da evolução de nossos serviços estatísticos no último septênio do período a que se referem suas observações?

— Pois não. Esse período, que é, como disse, o primeiro da "era normal" da estatística brasileira, desenvolveu-se rigorosamente segundo os rumos fixados pelo Presidente Getúlio Vargas. O lúcido pensamento político que orienta toda a sua obra de Governo, apreendeu perfeitamente a gravidade e o alcance do problema que o Brasil precisava resolver, sob pena de se ver privado dos elementos informativos em que pudesse apoiar as grandes realizações da fase revolucionária iniciada em 1930. E daí as sábias e seguras diretrizes apontadas à obra do Instituto. Era preciso o conhecimento da terra e do homem do Brasil. A idéia matriz do Instituto continha essa dupla aptidão, cujo desenvolvimento deu lugar à diferenciação do sistema nas suas duas alas — a geográfica e a estatística — presididas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Geografia e pelo Conselho Nacional de Estatística. Os grandes inquéritos censitários, que todos os países modernos costumam realizar periodicamente, constituem um objeto de alguma forma distinto, em relação às finalidades normais da estatística e da geografia; mas, se devem — é certo — ficar a cargo de órgãos especiais de existência temporária e dotados de recursos especiais, não podem prescindir do auxílio e da cooperação dos aparelhos prepostos aos levantamentos estatísticos e geográficos. Donde a instituição da ala censitária do Instituto, presidida pela Comissão Censitária Nacional, da qual participam os dirigentes das duas alas permanentes e mais os elementos representativos dos

interesses culturais e econômicos a que os censos devem atender. Por outro lado, as pesquisas geográficas, estatísticas, e censitárias, comuns que são — e devem ser — às três órbitas do governo, não se podem executar desordenadamente nos diferentes planos administrativos, pois que triplicariam esforços e despesas e chegariam a resultados contraditórios, anulando-se mutuamente. Por isso, a estrutura do Instituto foi fundada no princípio federativo, solidarizando, mediante vínculos convencionais, as três esferas governativas da República em tudo que disser respeito às pesquisas estatísticas, geográficas e censitárias.

Era ainda preciso um grande esforço de preparação e organização afim de que o Instituto fôsse encontrando por parte não só da opinião pública, senão também das atividades privadas e dos próprios órgãos da administração, e mesmo do funcionalismo da instituição, condições progressivamente mais propícias à rigorosa execução técnica dos seus trabalhos. E assim ao Instituto foram lógicamente atribuídas finalidades de propaganda e a iniciativa da criação de registros públicos e particulares, a par de uma larga missão educativa, visando melhorar, a um só tempo, as condições de receptividade do meio social em que deve agir, e a aptidão profissional dos seus agentes. Finalmente, na orientação daquele esforço de organização, do qual surgiu o Instituto, haveria que atender ao duplo sentido das atividades geográfico-estatísticas. Se elas visam dar a conhecer as condições existenciais do Estado, para orientar racionalmente sua obra de governo, também são uma especialidade técnico-científica que o Estado deve amparar e procurar desenvolver. E nisto se discernem dois novos fins a atingir. Levantadas as estatísticas e as cartas geográficas, forçoso é que os órgãos responsáveis por essa tarefa relatem com minúcia e probidade a exata significação de tais elementos, utilizando seus recursos técnicos especializados na melhor interpretação dos resultados coligidos e na dedução dos ensinamentos e sugestões que possam decorrer dos seus próprios trabalhos. Doutra parte, o poderoso aparêlho estatístico-geográfico mantido pelo Estado há-de ser um instrumento útil de pesquisa científica pura, pois sua larga atuação, seus recursos e os valores intelectuais que utiliza, podem facilmente — e devem — acumular contribuições para o enriquecimento dos campos técnicos e científicos que exploram. Donde, portanto, a dupla função complementar a que não poderia fugir o Instituto: a de manter laboratórios de pesquisas técnicas e órgãos de divulgação, uns e outros postos ao serviço da ciência, de um lado, e da política, do outro. Esta, porém, é claro, compreendida como técnica e racionalização da obra de Governo.

— Pode-se concluir, facilmente, que esse esforço de reorganização e desenvolvimento dos serviços estatístico-geográficos obedeceu a um "programa político", no melhor sentido da expressão.

— E também programa administrativo, social e científico. Mas, diz bem: programa, sobretudo político. Pois, está-se vendo, os esforços do Presidente Vargas ao criar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foram, acima de tudo, inspirados pelo "pensamento político" de unidade e progresso do Brasil. Não é preciso prová-lo depois do que já ficou lembrado.

— E' claro. Entretanto, estimaria que nos dissesse agora, em linhas gerais, o que já é realidade na execução desse programa.

— E' um grande prazer para mim dizer mais uma vez, aos brasileiros, através de um órgão autorizado e de grande circulação como é "A Manhã", o que foi em síntese a obra do nosso I.B.G.E. nos sete anos decorridos a partir do dia em que o Presidente Vargas o instalou solenemente na própria sede do Governo, a 29 de maio de 1936. Valhume para isto dos relatórios e discursos do Presidente do Instituto, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, onde se encontra o relato minucioso de todas as atividades da instituição. Em primeiro lugar, vejamos o que ocorreu quanto ao desenvolvimento desse grande organismo federativo proposto à elaboração da estatística e da geografia do Brasil.

A ESTRUTURA DO SISTEMA ESTATÍSTICO BRASILEIRO

— Perdoe-me a interrupção. Já não estavam criados em 1936 os órgãos centrais a serem mantidos pela União?

— E' exato. Estavam instituídos e começaram a trabalhar em comum, a partir de 29 de maio daquele ano, sob a direção de uma Junta Executiva. Esta Junta desempenhou provisoriamente a função destinada ao Conselho Nacional de Estatística, no qual se integrou, e cuja criação o decreto n. 24.609 condicionara à prévia fixação das respectivas bases pela Convenção Nacional de Estatística. Mas, a Assembléa convencional é logo convocada, e subscreve solenemente, a 11 de agosto do mesmo ano, no Palácio do Itamarati, a Convenção Nacional de Estatística. E esse estatuto orgânico da Estatística Brasileira entra imediatamente em vigor, no que respeita ao Governo Federal, pois o Presidente da República, presidindo a solenidade de assinatura daquele pacto inter-governamental, subscreve, *sur place*, o decreto n. 1.022, daquela data, que ratificou a Convenção. Seguem-se as ratificações por parte dos Governos de todas as Unidades da Federação, daí decorrendo imediatamente o cumprimento das obrigações assumidas, dentre as quais se destacavam a criação dos departamentos regionais de estatística e a celebração dos convênios entre cada um dos Estados e os seus municípios, afim de serem criadas as Agências Municipais de Estatística, filiadas ao Instituto.

Assim realizada, em suas linhas mestras, a estrutura orgânica do Instituto, o mais sobreveio rapidamente, na preocupação de ajustar melhor, aperfeiçoar e integrar o sistema instituído, cujo desenvolvimento, com a adjunção oportunamente dos serviços geográficos e censitários, já ficara prevista. O Governo Federal cria o Conselho de Estatística pelo decreto n. 1.200, de 17 de novembro de 1936, nas bases propostas pela Convenção, e logo depois coloca ao seu lado, pelo decreto n. 1.527, de 24 de março de 1937, o Conselho de Geografia. E a êstes dois Conselhos se junta, pelo decreto-lei n. 796, de 19 de outubro de 1938, a Comissão Censitária Nacional. Os órgãos executivos dessas novas alas são criados ou reformados, tanto na esfera federal, como na regional e municipal, e sucessivos atos da União, dos Estados e dos Municípios vêm constantemente enriquecendo e melhorando o sistema, numa evolução progressiva que não mais se poderá interromper.

OBJETIVO A ATINGIR: O DA UNIDADE ADMINISTRATIVA

— Mas essa evolução não tem um sentido definido, que lhe permita prever as principais etapas?

— Evidentemente. Há, em primeiro lugar, uma expansão ininterrupta, da qual resulta a criação de novos órgãos especializados e o alargamento dos quadros das repartições de estatística geral, afim de que o Instituto possa ajustar-se às exigências crescentes da civilização moderna no terreno da geografia e da estatística. Depois, a racionalização, cada vez mais rigorosa, dos seus serviços. E por fim, a melhor articulação entre êles. Esta começou com a simples subordinação técnica aos Colégios dirigentes; mas a experiência já demonstrou que precisa evoluir no sentido da subordinação administrativa a uma direção comum, sem a qual a unidade do sistema será sempre precária e periclitante.

— Mas isto não será uma centralização prejudicial, e mesmo de certo modo contraditória em relação à própria razão de ser do Instituto?

— De forma alguma. A unidade de direção e de regime, quanto à organização do trabalho, das vantagens e da carreira para o pessoal, a par da uniformidade e suficiência de equipamento, — isto não constitue centralização. O trabalho continuará sempre distribuído, como não podia deixar de ser, por órgãos municipais, regionais e ministeriais. Essa unidade de direção e organização administrativa, que completa e virtualiza a unidade de orientação técnica, longe de se contrapor ao princípio federativo, que informa o sistema, é o seu justo e lógico corolário. Não se trata de colocar absurdamente nas mãos de uma das três órbitas de Governo a responsabilidade e o encargo exclusivos da estatística geral brasileira, — o que de fato subverteria a própria conceituação do regime federativo. Pelo contrário, o que ocorre é a consequência natural de toda associação. Os associados — no caso os governos cointeressados nos levantamentos estatísticos e geográficos — conjugam os seus recursos, unificam a sua coletiva atuação por meio de um mandato, e assim realizam nas melhores condições possíveis o seu comum objetivo. Os serviços executados continuam a ser — mas a um só tempo e em todos os sentidos (quanto a objetivos, recursos, origem de autoridade) — federais, estaduais e municipais. Por isso mesmo, graças a essa larga compreensão das órbitas de autoridade e de todos os objetivos particulares, que lhes dá sentido nacional, ficam por assim dizer, *nacionalizados*, pois que exercidos para os fins *todos* da Nação, em matéria de geografia e estatística, e utilizando *todos* os seus recursos e *toda* a autoridade, a cargo de uma entidade para cuja instituição concorrem, no uso das suas autonomias, prerrogativas e competências, e na forma de um mandato político solenemente convencionado, *todos* os Governos cointeressados. Esta fase final na integração do sistema estatístico-geográfico brasileiro, é evidente que não se vai instaurar de um golpe. Exige um processo evolutivo e de prudentes experiências, pois implica a solução hábil e iterativa de difíceis problemas, afim de que se encontre a fórmula feliz e final que a todos satisfaça e por todos possa ser livremente aceita. Mas os primeiros passos já estão dados, e de maneira segura.

— Poderia esclarecer melhor esse interessante ponto?

— Pois não. Os primeiros sinais de que os tempos já estão ficando maduros para essa etapa final da evolução a que aludi, são visíveis nas solicitações recebidas pelo Conselho Nacional de Estatística no sentido de assumir a responsabilidade da reorganização, ou da direção temporária, de alguns órgãos regionais do sistema. A isso junta-se a proposta de alguns Estados — que ainda não pôde ser aceita — para um acordo especial com o Instituto visando transferir a êste, de modo permanente, a responsabilidade da função de estatística geral, atribuível à órbita dos Governos Regionais, com a incorporação dos respectivos Departamentos Estaduais ao conjunto de órgãos administrados diretamente pelo Instituto. Ocorre, finalmente, a felicíssima iniciativa do Estado Maior do Exército, relativa à criação das Secções de Estatística Militar nos Departamentos Estaduais e na Secretaria Geral do Instituto, como órgãos diretamente colaboradores da administração militar. Foi complemento dessa iniciativa a consequente nacionalização das Agências Municipais de Estatística, por delegação conjunta e solidária dos Municípios e sob a direção do Instituto. Isto afim de que possam elas servir eficientemente aos fins da estatística militar e, concomitantemente, aos objetivos simultâneos, no que respeita à segurança nacional, não só dos próprios municípios, como dos Estados e da União, tanto vale dizer, da estatística local, da regional e da nacional.

— Mas essa iniciativa foi apenas alvitada ou já deu lugar a medidas práticas?

— Ela está virtualmente realizada. Os convênios de estatística municipal, previstos para esse fim pelo decreto-lei n. 4.181, de 16 de março de 1942, foram realizados com um êxito magnífico, em todos os Estados e no Acre, solidarizando a União, os Governos Regionais e todos os Governos Municipais, sem uma só exceção, em torno do objetivo em vista. Esses convênios, que delegam ao Instituto a administração das Agências Municipais de Estatística, foram ratificados, logo após a assinatura, pelos Municípios e pelos Estados, só dependendo agora de ratificação por parte do Governo Federal. Mas o ato respectivo já foi encaminhado pelo Ministério da Justiça à consideração do Senhor Presidente da República, acompanhando o processo toda a competente documentação.

— Isto tem decerto um extraordinário significado.

— Sem dúvida. Os servidores das Agências Municipais vão constituir um quadro selecionado e bem remunerado, passando a ter brilhantes perspectivas de carreira. E as vantagens daí provenientes se juntarão às de um regime e disciplina uniformes, além das que decorrerão do completo aparelhamento a ser dado, em todo o país, sem qualquer espécie de inferioridade em relação às regiões mais atrasadas ou mais pobres, a toda a rede dos órgãos primários de coleta estatística e geográfica. Mas daí à última etapa, vai ainda grande distância. Precisamos consolidar o terreno adquirido, sistematizar a experiência que êle nos vai permitir, observar melhor as possibilidades que os acordos especiais com alguns Estados nos oferecem, para que só então o Instituto se lance com segurança ao objetivo final. Este objetivo será o da unificação administrativa, implantada, sob a égide da entidade coordenadora, em todos os órgãos regionais e federais que se dedicam à função de elaborar a geografia e a estatística gerais do país.

REALIZAÇÕES ESTATÍSTICAS, GEOGRÁFICAS E CENSITÁRIAS

— O que nos acaba de dizer exprime bem o longo caminho que o Brasil já percorreu, e os rumos a que está obedecendo, na estruturação do seu "aparelho nacional" de geografia e estatística. Mas ainda pedem seus esclarecimentos aqueles outros aspectos, a que aludi, da obra atribuída ao Instituto. Os frutos terão sido igualmente satisfatórios?

— Julguem os leitores de "A Manhã" pelo que os fatos revelam. Perdoem-me apenas a maneira resumida por que os enumerarei, pois o assunto é muito extenso.

— Se não vê inconveniente, começemos pelos serviços de estatística, que são os mais antigos.

— Foi retomada a publicação do "Anuário Estatístico do Brasil". Sua última edição é a de 1939-1940, devendo a série prosseguir, uma vez cessados os motivos que levaram o Governo a restringir a divulgação de dados sobre a vida do país. Com o material numérico do "Anuário", apropriadamente enriquecido, fazem-se vinte e duas Sinopses, uma para cada Unidade da Federação. Além disso, prepara-se uma outra, de síntese nacional, em português e inglês. Também uma parte da edição do "Anuário" é desdobrada em tomos, tantas quantas as partes que o compõem, para comodidade dos leitores. Esse volumoso repertório de dados, que se enriquece de edição para edição, atualiza todas as séries estatísticas que traduzem os vários aspectos da vida brasileira. Na última edição, com 1.428 páginas, os assuntos gerais foram 57, que se desenvolveram em 1.151 tabelas, distribuídas em sete partes. O Instituto também edita um pequeno resumo estatístico do Brasil, em esperanto. Muitos outros trabalhos são preparados e largamente distribuídos (impressos ou mimeografados), no país e no estrangeiro. Contam-se por dezenas e são preparados ou pela Secretaria Geral da instituição ou pelos diferentes órgãos a ela filiados. Os nossos inquéritos já se realizam com apreciável regularidade, e vão abordando cada ano assuntos novos. E ganham terreno dia a dia, tanto em extensão e eficiência, como em atualidade. Os nossos serviços de informações, aqui no Rio, nas Capitais Regionais e em cada Município, estão sendo pouco a pouco alargados, tendo por base fichários cuidadosamente organizados. Os inquéritos especiais para a mobilização econômica e militar estão prestando aos respectivos órgãos executivos, os subsídios desejados, em monografias mimeografadas, de distribuição reservada. As secções de estatística militar estão em atividade e enriquecem constantemente os seus cadastros e prontuários, já dispondo, quasi todas elas, de excelentes tábuas itinerárias relativamente ao território das respectivas Unidades Políticas. A par disso, trabalhos de análise e interpretação têm sido executados com proveito para o conhecimento da realidade brasileira, enriquecendo ao mesmo tempo as nossas contribuições técnico-científicas, quer para o progresso da estatística teórica, quer para a comparação internacional. Isto tudo, porém, numa revista muito rápida.

— E' o bastante para uma apreciação de conjunto. E quanto à geografia?

— Acham-se atacados a fundo, sob a direção competente e dedicada do meu prezado colega, o Engenheiro Leite de Castro, os trabalhos de campo e de gabinete. Foi yito-

riosamente levada a efeito a execução da chamada Lei Geográfica do Estado Novo, de iniciativa do Instituto, resultando daí a admirável sistemática a que hoje obedece a revisão quinquenal dos nossos quadros territoriais, cuja situação anterior bem merecia a designação de caótica. Descritos racionalmente todos os perímetros de circunscrições e delimitados os quadros urbanos e suburbanos das respectivas sedes, foram levantados os mapas e as plantas necessárias, medindo-se as suas áreas. A campanha das coordenadas das sedes municipais está quasi concluída, e já vai adiantada a das altitudes. Da coordenação e revisão dos mapas municipais, bem como da seleção de velhos mas excelentes trabalhos topográficos, e da execução de levantamentos em certas áreas pouco conhecidas, já resultaram elementos que permitiram o início da elaboração da nova Carta do Brasil ao milionésimo. Daí sairá a contribuição brasileira para a Carta do Mundo, obtendo-se ao mesmo tempo os mapas avulsos e os atlas geográficos de que tanto carecemos para o conhecimento do país e, consequentemente, para o ensino da nossa geografia e orientação de todos os serviços públicos. Além disso, estão adiantados outros muitos trabalhos, a cargo do Conselho de Geografia: o Dicionário Toponímico, as Efemérides Geográficas, as Corografias Municipais, etc. E aí está o rápido golpe de vista sobre nossas atividades geográficas, nas quais, aliás, vêm cooperando, com elevado espírito patriótico, todas as instituições e todos os serviços públicos cointeressados no conhecimento exato da nossa geografia.

— Quanto ao recenseamento, que nos diz?

— A grande operação censitária de 1940 está em fase de conclusão. Ela foi dirigida por um dos nossos mais ilustres cientistas, o Prof. Carneiro Felipe, que teve a esclarecida colaboração da Comissão Censitária Nacional e do Prof. Giorgio Mortara. Os serviços preparatórios e de execução correram da melhor forma possível, apoiados por todos os Governos e instituições públicas e privadas. Revelou-se satisfatória a receptividade do meio, a qual, aliás, foi preparada por uma hábil e desdobrada propaganda, que muito deveu ao nosso jovem e esforçado colega, Dr. Benedito Silva. Todas as agências executivas já encerraram seus trabalhos, achando-se agora em intensa atividade o órgão central de apuração, onde vem sendo manipulado o enorme material coletado nos sete Censos — o demográfico, o agrícola, o industrial, o comercial, o dos transportes e comunicações, o dos serviços e o social. Posso adiantar que já se encontra pronto, e será entregue ao chefe da Nação dentro em pouco, o primeiro tomo da introdução às tabelas censitárias. Esse trabalho, que foi escrito pelo Prof. Fernando Azevedo, diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, expõe a evolução da cultura brasileira. Dizer mais sobre o assunto, nesta palestra, seria talvez excessivo.

ATUAÇÃO CÍVICA E CULTURAL

— Fale-nos então do que tem sido feito para assegurar boas condições à execução dos serviços.

— Da propaganda censitária o público em geral guarda ainda uma lembrança nítida. Os fatos são de ontem. Foram mobilizados todos os recursos ao nosso alcance, conseguindo-se uma atuação intensa e multiforme em todos

os recantos do país. Além desse esforço, realizado em 1939 e 1940 — o Instituto manteve sempre larga propaganda dos seus fins, da importância e necessidade da estatística e da geografia, distribuindo gratuitamente abundante material publicitário, em folhetos, gráficos e mapas. Recorde-se a edição do mapa escolar do Brasil, do qual se ofereceram às escolas primárias brasileiras cem mil exemplares, ou seja um número suficiente para que a imagem do Brasil não faltasse em nenhuma classe de ensino elementar, em toda a extensão do nosso território. Lembram-se ainda as belas e instrutivas exposições que o Instituto tem realizado (a dos Mapas Municipais, as duas Exposições Nacionais de Educação, Estatística e Cartografia, do Rio e de Goiânia) e os numerosos outros certames de que os nossos serviços vêm participando.

— Além disso, porém, divulga o Instituto duas Revistas.

— É exato. A "Revista Brasileira de Estatística" e a "Revista Brasileira de Geografia", as quais, a par dos Boletins editados pelos dois Conselhos, completam o plano de cultura, pesquisa científica, informação e educação que o Instituto vem realizando. As edições trimestrais das nossas "Revistas" são muito procuradas, tudo levando a crer que é profunda e extensa a atuação de uma e outra, no Brasil e no estrangeiro. Poderíamos acrescentar que essa contribuição científica e cultural, de que os nossos periódicos são os principais instrumentos, prolonga-se na cooperação e no intercâmbio mantido com muitas instituições técnico-científicas. Basta lembrar especialmente que à ala geográfica do Instituto estão filiados o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Brasileira de Ciências, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e a Associação dos Geógrafos de São Paulo.

Enquanto isso, a ala estatística mantém estreita colaboração com a Sociedade Brasileira de Estatística e com a Associação Brasileira de Educação, além de outros sodalícios educativos ou culturais. E acham-se a ela já ligados por filiação os serviços estatísticos do Departamento Nacional do Café e do Loide Brasileiro. Esperamos também a próxima filiação do Departamento Estatístico do Banco do Brasil. De nossa cooperação com a Sociedade Brasileira de Estatística já resultou o "Vocabulário Estatístico Brasileiro", que o Prof. Milton da Silva Rodrigues elaborou e o Instituto vai editar. Refiramo-nos ainda que o Instituto tomou parte no 8.º Congresso Científico Americano, colaborando nas iniciativas de que resultou a organização do Instituto Inter-American de Estatística — o I.A.S.I. (*Inter-American Statistical Institute*). Essa nova e já prestigiosa instituição panamericana, a que o nosso I.B.G.E. está filiado, já publicou o "Statistical Activities of the American Nations" e começou a editar "Estatística" (revista trimestral em português, espanhol, inglês e francês) e está organizando um Anuário inter-americano de estatística.

— Não há também publicações do Instituto dedicadas a determinados fins culturais?

— Citarei as principais. Temos, em primeiro lugar, a que se intula "O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Ortografia", — contribuição interessante à campanha que procurou obter, ao mesmo tempo, a simplificação da ortografia e a unidade gráfica do idioma nacional. Vem depois o repertório da divisão territorial inaugurada

em 1.º de janeiro de 1939, onde se documenta toda a campanha que o Instituto desenvolveu nesse sentido. Merece referência também a coletânea "O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Município", dedicada ao II Congresso Inter-Americano de Municípios, reúndo em Santiago (Chile), de 15 a 21 de setembro de 1941. Temos ainda o volume em inglês "Brazil", organizado por solicitação do Ministério do Exterior. E para encerrar a enumeração sem estendê-la muito, a grande obra "O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação", elucidário oferecido à 1.ª Conferência Nacional de Educação, realizada aqui no Rio, em novembro de 1941.

— Passando aos cursos que o Instituto tem organizado, que é que nos pode dizer?

— Além dos "cursos de informações", dedicados aos próprios delegados às Assembléias Gerais dos nossos Conselhos, mantém o Instituto, no Rio e nos Estados, cursos de aperfeiçoamento, de estatística e de geografia, tanto para o funcionalismo dos órgãos centrais e serviços especializados, como para os Agentes Municipais. Neste particular, aliás, a ação do Instituto é renovadora, pois muito antes da decretação dos Estatutos do Funcionalismo Estadual, já o provimento em cargos das repartições de estatística era efetuado mediante provas de concurso.

— E em matéria de atuação cívica, não há alguma causa digna de nota nas atividades do Instituto?

— Há, certamente. Além da nossa participação em quasi todos os movimentos desse gênero, promovidos por diferentes entidades oficiais e particulares, merece registro o empolgante e inédito acontecimento que foi a primeira celebração em todo o país — sem exceção de uma só das suas cidades — do "Dia do Município". Tem essa festa cívica uma elevada significação, em todos os sentidos. Ela será renovada de cinco em cinco anos, ao entrarem em vigor os novos quadros territoriais. Lembre-se também o "Dia do Estatístico", de significação cívico-profissional, que comemoramos em expressivas reuniões culturais, a 29 de maio de cada ano, celebrando ao mesmo tempo a data aniversária do Instituto.

Cumpre recordar, igualmente, o inédito e magnífico acontecimento cívico que foi o "batismo cultural" de Goiânia, pelo qual se solenizou a inauguração oficial da nova metrópole goiana, — esse milagre que o Brasil ficou devendo à energia construtiva de Pedro Ludovico. Promovido pelo I.B.G.E., com a colaboração da Associação Brasileira de Educação, constou de dois brilhantes Congressos — um de Educação e outro de Geografia e Estatística, além da já aludida Exposição, abrangente desses três aspectos da cultura. Foram dias inesquecíveis, durante os quais algumas centenas de brasileiros, representando todas as Unidades Federadas, tudo fizeram para exaltar a significação histórica da construção da nossa mais jovem metrópole, como o primeiro marco real desta fascinante "marcha para Oeste" que, só ela, levará o Brasil a ser efetivamente dono de si mesmo.

Deixando de aludir a outra iniciativa de menor repercussão, referirei ainda a "Campanha Ibgeana pela Vitória", de edificante intenção patriótica. Todos os estatísticos brasileiros dela participaram, e o resultado da coleta realizada em favor da Aviação Nacional será entregue ao Sr. Presi-

dente da República no dia em que Sua Excelência puder honrar com a sua visita o Serviço Nacional de Recenseamento, aí recebendo a justa homenagem que o Instituto lhe destina.

ESFÓRÇO DE ORGANIZAÇÃO E RENOVAÇÃO NACIONAL

— E' um quadro realmente impressionante êste que suas palavras descrevem. Mas, se permite, formularei ainda uma pergunta.

— Estou ao seu dispor.

— Agradecido. Vê-se que o Instituto está empenhado a fundo na realização de um programa extenso e difícil. E ninguém poderá deixar de reconhecer que já executou, em sete anos, obra utilíssima. Melhorou sua organização. Criou quadros profissionais, cuja formação intelectual e social aprimora. Fez larga e instrutiva propaganda dos seus objetivos, realizando com isto, subsidiariamente, proveitosa obra cultural. E já divulgou abundantes repertórios de dados e estudos geográficos e estatísticos. Eis agora minha pergunta: está terminada aí a sua missão? Basta-lhe realizar essa obra cultural e cogitar da eficiente coleta e elaboração do material informativo de que carece, afim de oferecê-lo depois ao estudo e à meditação dos estadistas, dos professores, dos cientistas?

— Considero feliz e oportuna sua indagação. E tenho grande prazer em lhe dar resposta. O Instituto também faz ciéncia e também colabora com aqueles que exercem o nobre ministério da educação nacional. Dizer isto, porém, não será afirmar uma novidade. E' tirar a conclusão de alguns dos fatos que ficaram expostos.

Na sua bela oração gratulatória, durante o ato religioso que solenizou a passagem do "Dia do Estatístico", Monsenhor Dr. Henrique de Magalhães resumiu com muita felicidade êsse complexo papel que cabe à estatística e à geografia ao serviço do Estado, comparando-as a um poderoso aparelho de Raios X, destinado a revelar os segredos anatômicos e fisiológicos dos organismos políticos. A imagem não podia ser mais feliz. O certo é, porém, que o Instituto assume responsabilidades ainda mais altas, pois procura orientar a ortopedia do corpo social e os cuidados que lhe devam assegurar o máximo de vitalidade e euforia. Assim, as suas exposições, os seus cursos, os seus livros, as suas revistas, os congressos que organiza ou apoia, as festas cívicas e as sessões culturais que promove, tudo isto é esfôrço educativo e de cultura. E êsse esfôrço, por sua vez, quando já não as implica, propicia o surto de contribuições científicas de alto mérito. Mas, por outro lado, — e aí está a resposta à sua pergunta, surpreendendo talvez muitos dos seus leitores, — o Instituto, ora diretamente, ora pelas sugestões dos seus técnicos, também pratica uma política de organização, renovação e reconstrução do Brasil.

— Em que sentido?

— Atente, primeiramente, na maneira por que coloca os seus problemas e no que divulga. São esquemas lógicos, considerações persuasivas, fatos novos, que o Instituto elabora, aborda ou comenta. Pelo vulto da sua correspondência e amplitude do seu esfôrço publicitário, penetra a fundo e em grande extensão na mentalidade popular. Com isto vai influenciando o próprio espírito dos administrado-

res em relação a numerosos problemas fundamentais cuja solução logo se lhes impõe à luz dos esclarecimentos e dos apelos formulados. Demais disso, as nossas iniciativas e publicações de finalidade cultural têm nítidos objetivos de renovação e unidade nacional. Isto vem ficando bem evidenciado, especialmente através da colaboração que temos levado a várias instituições, cujas campanhas se destinam a renovar os quadros da vida brasileira. Lembre-se, por exemplo, nesse sentido, o que o Instituto tem feito e publicado a propósito das iniciativas da Associação Brasileira de Educação, colocadas por vezes sob o seu patrocínio, na honrosa companhia do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. A dos Cursos de Férias, na Capital da República, para o professorado primário nacional, é bem característica sob êsse ponto de vista. Merecem referência também o esfôrço do Instituto em prol da criação ou aperfeiçoamento de numerosos registros, visando obter elementos dignos de confiança para numerosas estatísticas de grande importância. Além da padronização das guias de exportação, várias iniciativas dêsse gênero se têm sucedido relativamente ao Registro Civil, ao cadastro rural, ao cadastro predial e domiciliário das cidades, ao registro imobiliário, ao registro escolar, ao registro industrial e comercial, ao "boletim individual" nos processos criminais, ao registro policial e a numerosos outros. Lembremos também a "campanha metrológica", desenvolvida intensivamente, visando o prevalecimento prático integral, em todo o país, do sistema decimal de unidades de medir. E não deixemos sem uma breve referência a participação que tem tido o Instituto a favor do uso popular do Esperanto em toda a América, como um dos recursos mais eficientes para a efetiva cooperação, econômica e política, das Nações do Continente.

— E' tudo, no que respeita ao esfôrço de organização e progresso nacional?

— Há mais alguma cousa. Há uma contribuição específica dos nossos pesquisadores no terreno político. E dizendo isso, está claro, refiro-me aos assuntos que interessam a melhoria das condições de convivência social e à racionalização dos seus fundamentos, segundo planos de governo condizentes com a nossa realidade — essa realidade que observamos, registramos e medimos dia a dia. Essa atuação "política" (no bom sentido) dos homens que servem ao Instituto é, aliás, natural. Não é superfetação, nem um entravasamento. Não invadimos seara alheia. Bem pelo contrário. Se ao Instituto, lhe cabe investigar, traduzir em números e esquemas, e sistematizar todas as condições fundamentais em que vive a Nação, é aos olhos dos técnicos do Instituto que se revelam em primeira mão as poderosas sugestões da observação realizada. Naturalmente, os números, as cartas e os esquemas são postos à disposição dos sociólogos, dos estadistas e dos políticos, e a êles é que cumpre fixar em definitivo as diretrizes de reorganização que emergirem da análise científica dos fatos observados. Mas certos aspectos da realidade examinada saltarão mais aos olhos daqueles próprios que efetuaram as pesquisas e, pelo exame simultâneo dos vários aspectos da vida nacional, estão em condições de sentir melhor a prenênciça ou o caráter essencial de umas tantas soluções que os fatos apontam. O Instituto, pois, dados os seus fins, não poderia senão incentivar o leal depoimento dos seus observa-

dores, às vezes, mesmo, procurando resumí-los e encaminhá-los aos diferentes órgãos do Governo e da administração a que a responsabilidade das deliberações executivas estiver distribuída. Essa preocupação de bem aproveitar os depoimentos da observação geográfica, estatística ou censitária tem sido, aliás, não só aprovada, mas estimulada em alto grau pela autoridade do Chefe da Nação, a quem o Instituto está diretamente subordinado.

O "IDEÁRIO CÍVICO" DOS IBGEANOS

— Poderia dizer-nos algo de mais positivo sobre esse novo aspecto das atividades do corpo de funcionários do Instituto?

— Há, é claro, assuntos de que não poderia falar, pois constituem matéria não destinada à divulgação, ou ainda em estudo sob a necessária reserva. Resúmese, por isso, em pouca cousa o que lhe posso dizer neste particular.

— Em compensação, esse pouco talvez signifique muito para a vida nacional.

— De certo modo, é exato. Os termos fundamentais da vida brasileira, quando se trate de compreendê-la, para orientar-lhe acertadamente a evolução, dizem respeito — e não há nisto nenhum segredo, pois está na consciência de todos — a alguns pontos, de intuitiva enumeração. Em primeiro lugar, a ocupação efetiva do território. Depois, a divisão dêste, de maneira equitativa e racional, entre os âmbitos particularizados de autoridade, que o Governo da Nação exige. Terceiro, a localização adequada da Capital da República. Em seguida, a distribuição mais conveniente das massas demográficas e o surto de uma rede adequada de núcleos urbanos, como centros propulsores e coordenadores das atividades da Nação. Também o estabelecimento de uma rede rodoviária realmente integradora da comunhão nacional. E finalmente, a valorização do homem pela educação e pelo trabalho, visando-se a progressiva elevação do seu nível de vida. De sorte que, não podia deixar de ser em torno destes problemas de base que se haveriam de concentrar os esforços de observação dos nossos técnicos, agindo quasi sempre por sugestões do seu próprio patriotismo, mas algumas vezes, também no cumprimento de encargos decorrentes de ordens formais do Governo.

— Terão acaso êsses estudos alguma característica uniforme, uma articulação lógica, que os pudesse transformar num conjunto homogêneo de sugestões?

— Se êles são realizados por homens dedicados profissionalmente à observação e à mensuração dos fatos sociais, com a preocupação de lhes discernir as harmonias ou des-harmonias, é claro que as sugestões que tais observadores se animem a formular hão de caracterizar-se pelo senso de medida e de equilíbrio, procurando acima de tudo fórmulas prudentes e lógicas, em que todos possam ver as melhores soluções para os nossos problemas de base. Além dessa preocupação de harmonia e equilíbrio para os seus esquemas, hão de ter — os estatísticos e os geógrafos — o apêgo à tradição, procurando a renovação antes em diretrizes evolutivas e de prudente avanço, do que em sugestões de radical transformação. E porque é assim, posso assegurar que as soluções e os alvitres já sedimentados no comum assentimento dos nossos observadores formam um conjunto impressionantemente homogêneo, um verdadeiro sistema a que, em nossos círculos íntimos, aludimos, em expressiva síntese, como sendo o "Ideário Cívico dos Ibgeanos".

Alguns tópicos desse ideário foram insertos no magnífico esquema de realizações práticas que o Cel. Lima Figueiredo — ilustre figura de soldado e sociólogo — apontou à Nação como indispensáveis para "a conquista do Brasil pelos brasileiros". Suas corajosas palavras foram ditas em Goiânia, no ambiente de grande ressonância propiciado pela inauguração oficial da mais jovem das nossas metrópoles sertanejas. E deram a todos a impressão de que entre os homens de pensamento e de ação, com que o Brasil está contando neste momento, já se vai formando aquele estado de consciência necessário às grandes decisões que a Geografia e a Estatística propugnam como rumos fundamentais da evolução política brasileira se ela quiser manter-se fiel à vocação histórica da Federação.

— Poderia resumir o conteúdo desse ideário?

— Como simples enumeração, não vejo inconveniente. Fique bem claro, porém, que se trata apenas de sugestões e alvitres formulados sob sua responsabilidade pessoal pelos técnicos que se dedicam às investigações estatísticas e geográficas, não havendo, portanto, salvo no que se refere ao esquema para a lei de amparo à família, nenhum pronunciamento dos órgãos dirigentes do Instituto *pro ou contra* as idéias que os seus servidores vêm patrioticamente estudando, expondo e debatendo. Isto posto, vejamos o que há de mais importante a referir. E', em primeiro lugar, a re-composição do quadro das nossas Unidades Políticas, segundo lineamentos capazes de estabelecer-lhes a equivalência territorial e a eqüipotência virtual, — único meio de fazer repousar a federação, como é preciso, em inabaláveis fundamentos de justiça, equilíbrio e eqüidade. Isto, porém, sob a condição preliminar — tal a confiança que a fórmula inspira — do unânime assentimento das populações interessadas e do apoio integral dos seus dirigentes, como penhor de uma transformação pacífica. Temos ainda a efetivação dos consórcios intermunicipais, na configuração de um novo circunscricionamento político, de âmbito estável, cujas unidades — os departamentos — reivindiquem para a órbita municipal, de que se tornem a expressão superior, o alto potencial de forças construtivas que lhe deve ser inherente. Esta medida dotará o país de um *plexus* de mais de duzentas metrópoles (cidades daqueles consórcios), distribuídas de modo mais ou menos uniforme por todo o território nacional, com um raio médio de ação, de cem quilômetros. E assim se completará, numa distinção racional e equilibrante, o sistema de centros propulsores da vida nacional, sistema que hoje só conta com a capital da República e as vinte e duas capitais regionais. E' ainda a transferência da capital da República para o interior do país, segundo um plano que afaste todas as dificuldades e não gere descontentamento algum na opinião pública, mas capaz, ao mesmo tempo, de assegurar à Nação todas as garantias e vantagens que ela espera de tal medida. Segue-se, em nosso ideário, a mobilização do Exército do Trabalho, — mas na dependência de um seguro trabalho prévio de organização e treinamento, — afim de que, preliminarmente, se melhorem as condições de vida e aptidão social dos seus conscritos e das respectivas famílias, e se utilizem, depois, suas legiões de trabalhadores eficientes, não só na construção das novas metrópoles (de Estados, Territórios e Departamentos), como ainda na abertura dos seus campos de aviação e das estradas que as liguem entre si. Vem depois um

plano de educação ruralista, destinado a exercer acentuada influência nas condições de vida do nosso interior, por meio de Colônias-Escolas, como centros de readaptação da população rural dispersa e desajustada ao trabalho e à vida social. Tais centros, portanto, se localizariam, de preferência, nas vizinhanças das novas métrópoles a construir. Ocorre aludir também à abertura imediata dos grandes eixos do sistema rodoviário brasileiro, o principal dos quais, a rodovia Santana do Livramento-Belém — a "Trans-brasiliiana", sugerida pela Comissão Censitária Nacional — acaba de ser incluído no Plano Rodoviário Nacional. Para não descer a pontos de menor importância nem tornar demasiado longa a enumeração, só referirei mais três das nossas sugestões. Uma diz respeito à instituição de alguns grandes sistemas de cooperação intergovernativa, — semelhantes ao que é o nosso próprio Instituto, — destinados a enfrentar, com intensidade e eficiência satisfatórias, sem desperdício de energias ou recursos, os principais objetivos de administração que são comuns às três esferas de governo. Teriam êles por objeto, assim, a unificação dos serviços e a conjugação dos esforços e meios de ação em tudo que dissesse respeito à educação, à saúde, ao fomento econômico, à rodoviação e à arrecadação fiscal. Aliás, um sistema dêsse gênero, referente ao ensino primário, já foi esboçado pelo Ministro Gustavo Capanema quando realizou recentemente um Convénio entre a União e os Estados, visando aquele objetivo. O segundo focaliza a conveniência da criação do Departamento do Governo.

— Que finalidade teria êsse Departamento?

— Subordinado diretamente ao Presidente da República, planificaria a ação governamental, unificando-a pela necessária articulação entre os objetivos distribuídos aos diferentes Ministérios. Estes, porém, possivelmente em número de doze, para se diferenciarem de maneira mais racional, e assim, com programas mais homogêneos, atenderem, três a três, aos quatro grandes setores da ação governamental. Esses setores, aliás, distinguem-se intuitivamente, segundo as modalidades fundamentais em que se exerce o Poder Público. Isto é: no que se refere à soberania da Nação (Fazenda, Ordem Política, Relações Exteriores); no que se prende à segurança nacional (Defesa Terrestre, Defesa Naval, Defesa Aérea); no que toca à assistência social (Saúde, Educação, Trabalho); no que diz respeito, finalmente, à organização econômica (Produção, Transportes e Comunicações, Comércio). Com relação aos Ministérios afins de cada um dêsses grupos, e também quanto à ação conjunta dos grandes setores que êsses grupos representam, caberia ao Departamento do Governo, no que se referisse ao estabelecimento e execução de planos gerais, função análoga à dos dois aparelhos que o Presidente Vargas já criou com indiscutível êxito: o D.A.S.P., para unificar a gestão administrativa, e o I.B.G.E., constituindo a bem dizer, graças à unidade de ação que o caracteriza, o *sensorium* do Governo e da Administração.

— E o último item a que prometeu aludir, qual é?

— Ele já foi abordado na Resolução do Conselho de Estatística pela qual o Instituto, em cumprimento de ordem recebida, formulou sugestões sobre a Lei de Amparo à Família. Tratando-se de um problema complexo e de execução que reclamaria tato, prudência e objetividade, o

Conselho sugeriu o respectivo esquema, baseado em um amplo sistema de seguro social, e lembrou que fôsse êle, em adequada variante, utilizado primeiramente numa grande reforma da classe do funcionalismo federal. Aí, com efeito, se colheria a experiência necessária, preparando-se ao mesmo tempo, nas melhores condições possíveis, o próprio instrumento para instaurar-se, aos poucos, uma ordem social renovada, na qual a família viesse a ter a mais completa proteção deseável.

— Poderia dizer-nos se êsse esquema obteve algum pronunciamento favorável?

— Obteve o mais autorizado pronunciamento que poderíamos esperar. Exprime-o a Bênção Apostólica que o Papa reinante enviou ao Instituto, ao agradecer a Mensagem em que fôra comunicada à Sua Santidade o texto daquela Resolução. Talvez pareça que êsse gesto tenha resultado apenas de uma atitude de natural deferência para com um esforço bem intencionado de melhoria social. Mas se fôsse apenas isso, e não o honroso testemunho que realmente foi, não nos teria o Secretário de Estado do Vaticano, o Cardial Maglioni, comunicado em nome de Sua Santidade, que a nossa iniciativa justificava "as mais arrojadas esperanças".

— Poderia recordar os pontos fundamentais dêsse esquema?

— Pois não. São êstes: diferenciação das cinco ou seis categorias ou graus fundamentais de responsabilidade funcional, independentemente da modalidade profissional; fixação dos correspondentes níveis de remuneração numa escala objetiva, justa e reajustada periodicamente ao custo real da vida; estabelecimento do sistema de remuneração correlativamente a essa escala, de modo a fixar-se, de um lado, o estipêndio individual adequado à capacidade do empregado, e, do outro — em apropriada dependência dêsse estipêndio — a majoração periódica em função do tempo de efetivo exercício e do merecimento. Isto, além do abono de família, e do mês suplementar, completando-se o sistema pela fixação, em escalonamento proporcional aos níveis fundamentais, das "gratificações de função" correspondentes aos diferentes graus de qualidade ou responsabilidade dos encargos que o empregado pudesse assumir eventualmente, em consequência de aptidões específicas ou de investidura de chefias. Estas, porém, só atribuíveis pelo critério da confiança pessoal do chefe imediato. Como vê, é muito simples. Mas êsse pouco, essa coisa tão simples, terá uma repercussão social inavaliável, graças ao natural enriquecimento da idéia na prática, e aos seus salutares e imediatos efeitos sociais, morais e econômicos, conforme o comprehendeu, e o afirmou, o alto e insuspeito testemunho a que aludí.

"NÃO ESMORECER, PARA NÃO DESMERECKER"

— Com efeito. Estas suas últimas palavras confirmam a impressão de que o I.B.G.E. cultiva, propaga e realiza um fecundo pensamento de governo. Mas, para concluir: tem confiança no futuro da instituição?

— Creio que o nosso Instituto não decepcionará nunca aos que confiaram nos princípios inspiradores da sua cria-

ção! A nova geração dos estatísticos e geógrafos brasileiros vai atuar em condições de organização e de estímulo que não tivemos nós outros, os da minha geração, que estamos encerrando agora a nossa vida pública. Se nós, nas incertezas embora de uma prolongada campanha, soubermos manter o nosso entusiasmo e a nossa confiança, conseguindo lançar êstes sólidos fundamentos em que repousam hoje os serviços brasileiros de geografia e estatística, mais e melhor poderão fazer os nossos sucessores. O vulto das dificuldades que tivermos de enfrentar, encontrando quasi sempre fatores negativos, sómente para alguns, que amavam a luta, era um estímulo. Para os outros, menos otimistas, era motivo de desânimo. Agora não. As dificuldades, já em parte vencidas, oferecem a perspectiva de uma empresa estimulante. E as condições favoráveis do ambiente que criamos, a anteviçao das vitórias próximas e a grandeza dos objetivos que hoje todos contemplamos já bem perto, a cada um e a todos propiciam poderosos encorajamentos. Além disso, os obreiros das nossas searas, cerca de seis mil que já somos, têm hoje um espírito de corpo, alimentam ideais coletivos e compreendem bem o extraordinário alcance das suas responsabilidades. Grandes valores intelectuais e morais hão de surgir forçosamente entre os recém-chegados. Inteligências ágeis e cultas aparecerão, por certo, compreendendo bem as exigências da hora trepidante que estamos vivendo. E êstes não permitirão que pereça a nossa obra. Porque a chama do seu entusiasmo não se extinguirá. Mas, se a palavra de um companheiro envelhecido nessa longa labuta que já dura mais de um terço de século, pudesse formular um conselho aos jovens lutadores que estão agora ingressando na arena, eu lhes repetiria o concitamento sugestivo de Oswaldo Cruz: "Não esmorecer, para não desmerecer". Não esmorecer nunca, nem no estudo nem na dedicação. Não esmorecer na paciência, na tenacidade, na transigência bem entendida e na compreensão mútua. Não esmorecer no espírito de solidariedade e na preocupação constante pela unidade e pela grandeza da Pátria. O Presidente Vargas soube compreender o nobre ideal que nos deu, a nós, nossa oportunidade. Assim, por seguro, acontecerá também aos seus sucessores, que não permitirão nunca mais o retrocesso do Brasil à dolorosa situação de que o tirou a criação do Instituto. Tenho confiança nos que virão depois de nós. Realizarão obra magnífica. De nós outros, que já nos vamos afastando, envelhecidos e cansados, da linha de combate, só queremos que se diga mais tarde, sem favor, que cumprimos o nosso dever. Isto nos basta.

A GEOGRAFIA E A ESTATÍSTICA NO MUNDO DE APÓS-GUERRA

— Não lhe parece, porém, que a própria evolução dos serviços levará forçosamente o Governo a exigir cada vez mais da colaboração do Instituto? E, por conseguinte, a ampará-lo carinhosamente?

— Fez bem em aludir a esse ponto, para encerrar nossa palestra. Assim há-de ser, eu o espero. Porque assim é preciso. A fase da história que estamos vivendo oferece-nos uma lição tremendamente severa. O maior eclipse da cultura cristã, em um desmoronar catastrófico do patrimônio

nio da civilização e dos seus mais preciosos valores, exibenos um quadro mundial de "belo horrível", quando contemplamos os prodígios de ciência, de técnica, de previsão e organização, postos em obra para preparar, manter e dirigir as massas que combatem, que produzem e que servem, no maior sacrifício, coletivo jamais visto, e segundo planos de uma precisão jamais conseguida.

Horror e beleza! Horror, — ante o ódio, a destruição e os ferozes egoísmos nacionais que dominam a hora mundial que vivemos. Beleza, — nas conquistas da inteligência, na perfeição da técnica, na solidariedade perfeita ante os mais duros sacrifícios. Tudo isso utilizado por ambas as mentalidades que se chocam, movendo massas imensas, de centenas de milhões de homens, fatalmente encadeados ao doloroso destino que lhes foi traçado em sangue e fogo. As energias magníficas que não souberam organizar-se na paz para os fins do aperfeiçoamento da comunidade internacional, convergiram, em feixe de um poder inultrapassável, não para conquistar a felicidade universal que assim lhes estaria ao alcance, mas para organizar a agressão, de um lado, e para resistir à agressão, do outro. E num e noutro caso, essas energias — que deviam ser criadoras e são de destruição — articularam-se, organizaram-se, distribuíram-se, orientaram os seus golpes, previram-lhes os efeitos, utilizando a geografia e a estatística... Que dolorosa ironia dos fados humanos, meu amigo! Tudo, porém, tem o seu reverso. A lição não podia ser mais cruel. Mas a humanidade vai sair desta guerra sabendo de que cousas maravilhosas ela é capaz, se quiser deveras — se quiser pela força de todos os corações — conseguir sua felicidade, utilizando aqueles mesmos recursos que na presente guerra, primeiro ameaçaram de sossôbro a civilização, e já agora prenunciam a sua vitória. Porque com igual intensidade, inteligência e ritmo, à organização do ataque se opõe a organização da defesa, também esta apoiada, como o foi aquela, nos conhecimentos e na técnica da geografia e da estatística.

Isto adverte-nos da importância capital que vai ter, no após-guerra, tudo quanto houvermos conseguido fazer em prol do desenvolvimento dos nossos serviços geográficos e estatísticos. Que o Brasil não se esqueça desta verdade, pois, sem sombra de dúvida, os seus destinos históricos dependerão muito — dependerão sobretudo — da témpera e do vigor do caráter nacional, mas também da compreensão, sabedoria e oportunidade das advertências e sugestões que lhe apresentarem a Estatística e a Geografia.

CONCLUSÃO

Estava finda a entrevista. Ela nos dera agradável oportunidade de ouvir e transmitir aos nossos leitores uma impressão geral do que se fez no Brasil, durante trinta e cinco anos, em matéria de estatística e geografia, como serviços técnico-administrativos. Uma cousa parece ressaltar do diálogo que reconstituímos com a maior fidelidade possível. O Brasil tem no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sob a esclarecida direção do Embaixador Macedo Soares, uma verdadeira realização de cultura. Realização, porém, que se caracteriza pela sua feição original, genuinamente brasileira".